

NO RUÍDO DO MUNDO ON WORLD'S NOISE¹

Lúcia Arrais Morales²

RESUMO: O artigo analisa o consumo de drogas a partir de observações e entrevistas em um centro de reabilitação no oeste paulista. Trabalha com a hipótese de que o uso de drogas não pode ser concebido apenas como respostas coletivas a carências, mas ele expressa um ordenamento contemporâneo mais abrangente que atua dentro de uma funcionalidade niilista no qual a droga é uma de suas manifestações. Demonstra-se essa perspectiva através de atividades rotineiras que visam formar indivíduos para o trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Formação para o Trabalho. Técnica Corporal. Silêncio. Uso de drogas.

ABSTRACT: The article analyzes the drug use on the basis of observations and interviews at a rehab center in the paulista west. It works on the hypothesis that the drug use cannot be viewed entirely as collective answers to deprivation, but it expresses a wider-ranging contemporary command that acts within a nihilist functionality in which the drug is one of its manifestation. This perspective is demonstrated through routine activities that aims at individual work training.

KEYWORDS: Work Training. Body Technic. Silence. Drug use.

1 ENDURECER SEM PERDER A TERNURA

Em 1968, o editor argentino Jorge Alvarez publica em Buenos Aires o livro de Ricardo Rojo “Mi amigo El Ché” no qual relata suas viagens pela América Latina em companhia de Guevara. Nesse mesmo ano, aparecem traduções pela editora Civilização Brasileira (“Meu amigo Che”), pela editora parisiense Seuil (“Che Guevara: vie et mort d’un ami”) e pela editora nova-iorquina Dial Press (My friend Che). Na América Latina, na Europa e Nos Estados Unidos, o relato pessoal de Rojo sobre sua convivência com Guevara está à disposição de um amplo público.

Em 1970, o periódico *Latin American Research Review*, criado em 1965, com sede na Universidade do Texas/Austin e meio de divulgação das atividades intelectuais da *Latin American Studies Association* (LASA), instituída em 1966, inclui em sua edição a pesquisa bibliográfica de Robert Scauzilla Jr., capitão da força aérea americana. Nela, o autor afirma apresentar um exame de todas as publicações sobre a rubrica Guevara lançadas nos Estados Unidos e na América Latina durante o ano de 1969. Embora estabeleça esse período, ele comenta o livro de Ricardo Rojo (1968). Além disso, chama atenção que Scauzilla Jr. deixe o mercado editorial europeu fora de sua investigação.

¹ Dedicado a Ângela, Maria e Mônica; Esdras, Evandro e Vinícius.

² Departamento Sociologia e Antropologia, Unesp/Marília. Doutora em Antropologia Social Museu Nacional/UFRJ . E-mail: luciamorales@uol.com.br

Ele foca apenas sobre o continente americano do norte e do sul. Todavia, seu trabalho não é apenas uma listagem de obras. O autor cria uma taxonomia na qual as distribui em duas grandes classes: livros biográficos e livros da autoria de Guevara. Sobre elas, Scauzilla Jr. ainda gera outras subclasses. Com essas providências explicitadas, ele aposta em um leitor desarmado que possa percebê-lo como um pesquisador experiente e, portanto, capaz de produzir enunciados de verdade sobre cada uma dessas obras. Esse esquema analítico é o fio condutor de sua argumentação. Ela se realiza através de um vocabulário prosaico, uma escrita direta e frases curtas. Essas qualidades, ao permitirem a assimilação rápida de um conteúdo, sinalizam o intento em facilitar e simplificar a tarefa da leitura e, com isso, estabelecer no leitor princípios explicativos para os acontecimentos do mundo naquele momento. Simultaneamente, essa facilidade de leitura cumpre outra tarefa persuasiva: definir a necessidade de um modo de vida coletiva a partir da lógica que sustenta a agressiva posição intervencionista americana no continente latino-americano.

Logo na abertura do artigo, Scauzilla Jr. (1970), ao justificar sua empreitada de pesquisa, deixa perceber que a administração americana estava preocupada também com os efeitos da personalidade de Guevara no próprio solo norte-americano. Scauzilla Jr. (1970) formula da seguinte maneira esse diagnóstico:

Um culto do 'Che' surgiu nos Estados Unidos e na América Latina desde a morte de Ernesto 'Che' Guevara na Bolívia em 9 de outubro de 1967. Os principais seguidores do culto são os intelectuais radicais, os estudantes e os trabalhadores no hemisfério ocidental. A escolha de 'Che' Guevara como um herói por esses segmentos da sociedade, e o uso subsequente de seu nome para liderar suas causas, chamou a atenção do público em geral para essa controversa figura. Este súbito despertar de 'Che' criou uma demanda substancial por informação sobre sua vida e ideias. Para atender essa demanda, editores, nos Estados Unidos e América Latina, literalmente inundaram o mercado com uma literatura sobre ele. (p.53). (tradução nossa)

Ao produzir de imediato uma conexão entre a palavra Guevara e o emergir *súbito* de um fenômeno próximo a uma seita, o autor situa os grupos alinhados ao projeto revolucionário (a intelectualidade e a classe trabalhadora) em termos de uma ação que tem na impulsividade seu ponto de partida e, portanto, destituídos das luzes da racionalidade ocidental. Do mesmo modo, ao conectar a palavra Guevara à condição de algo controverso, ele intenta aprofundar um descrédito. Contudo, nesse momento, há outra possibilidade de entendimento para sua definição de *controversa figura*. Ela pode ser lida através da linguagem do Direito. Nesse sentido, as ações de Guevara são vistas com maior gravidade. Elas não são apenas contestáveis. Elas conduzem necessariamente a uma questão jurídica. Em sendo assim, uma possível condenação não terá como origem uma opinião pública difusa, mas virá do ordenamento jurídico que constitui tribunais. Todavia, de um modo ou de outro, Scauzilla Jr. põe em suspeita a legitimidade do

projeto coletivo encarnado na palavra Guevara que ressoava em escala ampliada no *hemisfério ocidental*. Portanto, com essas duas conexões, ele explica a intensificação de uma linha de produção editorial: os leitores estão sob efeitos de uma desrazão.

A perspectiva analítica de Scauzilla Jr. e essa efervescência no mercado editorial mostram não apenas o lugar do novo Estado cubano, enquanto a mais importante experiência revolucionária da América Latina na segunda metade do Século XX, mas revela também o impacto da presença efetiva de um de seus principais dirigentes. Essa presença, todavia, se vincula também às posições ocupadas por Guevara no novo governo cubano: ministro da indústria e presidente do banco nacional cubano. Além disso, ele desempenhou a função de embaixador. Em 1961, proferiu a conferência da OEA, em Punta Del Leste, e, em 1964, realizou em francês seu discurso na ONU.

Três anos antes da publicação pela LASA do artigo de Scauzilla Jr., em 09 de outubro de 1967, na localidade de La Higuera (Bolívia), Ernesto Guevara de la Serna, aos 39 anos, é assassinado pelo exército boliviano comandado pela CIA, através do programa de treinamento denominado “Second Rangers” (Perez, 2004). Os autores dessa ação constroem a imagem da derrota através do modo como expõem o corpo de Guevara em cima de uma mesa: olhos abertos, cabelos desgrehados, pés nus e camisa aberta no peito. Junto a isso organizam uma fila para os habitantes do local contemplá-lo. Mulheres, homens, meninos e meninas passam em silêncio. Vários deles usam um lenço no nariz, sinalizando que a decomposição daquele corpo já se iniciara (Perez, 2004). A memória de Guevara, contudo, não vai junta com essa ação de aniquilamento. Ela não cai no esquecimento nem tampouco se encanta diante do aprofundamento repressivo no qual a América Latina foi mergulhada. Ao contrário, a partir dessa data, uma fotografia passa a ganhar presença no mundo embora sua apropriação também atenda a outros interesses.

Em 05 de março de 1960, em Havana, o fotógrafo cubano Alberto Díaz Gutiérrez, conhecido como Alberto Korda, cobria o discurso do funeral das 136 vítimas da explosão do navio francês La Coubre que, no dia anterior, chegara à Havana carregado de armas. Nesse memorial, Guevara, então com 31 anos, estava no palanque junto a outros líderes cubanos. No documentário “Che Historia del fotografia famosa”, Korda descreve como realizou a foto:

Num momento impreciso, indeterminado, não pensado emerge do segundo plano, El Che. A mim me surpreende, assim de susto, o olhar tão forte que tinha. Ele olha através das cabeças da multidão que estava na Rua 23 até onde se via. E ficou mirando ali e tenho a oportunidade de lhe tomar dois negativos. O primeiro que tomo é com a máquina na horizontal e, depois, tomo outro com a câmera na vertical. Imediatamente, 45, 50 segundos de sua presença ali, ele vai para a parte de trás da tribuna. E assim foi como uma casualidade, não premeditada, não pensada. Não pedi uma pose ao retratado, nem nada. (tradução nossa).

Em outro documentário, “Sencillamente Korda”, ele utiliza o termo espontaneidade para comunicar sua perplexidade diante daquele momento vivido como fotógrafo e diz ser “incrível que a foto que fiz espontaneamente seja a mais reproduzida na história da fotografia”. Faz uma pequena pausa e repete: “Foi tomada espontaneamente”. Ainda nesse mesmo documentário, na contracorrente do individualismo dominante e com sobriedade, afirma: “tive a sorte de fazer essa foto e deixar algo para a humanidade”. Cabe pensar: o que a humanidade recebeu de Korda? Para responder, é preciso analisar um pouco mais suas palavras.

Ao descrever em detalhes as condições de produção da foto, ele não apenas a contextualiza, mas também define a existência de atributos estruturantes em sua ação de apertar o obturador da câmera: a *espontaneidade*, o *impreciso*, o *indeterminado*, o *não pensado*, a *casualidade*, o *não premeditado*. Para entender esses enunciados de Korda, é necessário considerar as bases que o tornava sensível a essas propriedades. Naquele momento, ele exercia seu ofício como fotógrafo “*volante*” para o jornal “Revolução” e acompanhava Fidel Castro em suas viagens. Nunca recebeu um salário nem tampouco possuía o título de fotógrafo oficial do governo cubano. Permaneceu assim durante dez anos. Antes de assumir essa atividade, trabalhava como fotógrafo de moda. Possuía, inclusive, um estúdio. Portanto, fazia parte de sua prática fotográfica produzir efeitos: predeterminar gestos e olhares; criar situações. Na tarefa da revelação do negativo, concentrava-se em examinar a fidelidade do registro à ideia planejada para uma coleção de roupas, para um perfume ou uma bebida. Em outras palavras, Korda tinha um exercício constante na produção do artificial. Por isso, ao falar sobre sua famosa foto de Guevara, fez sobressair um conjunto de marcadores semânticos que geram, como princípio explicativo para a existência dessa foto, o entendimento da inexistência de algo previamente combinado. Ela não foi produto de sua vontade; não foi realizada de caso pensado; não resultou de um propósito seu. Não houve, por conseguinte, uma atenção dirigida para captar aquela imagem, mesmo porque *El Che emerge do segundo plano*. Ou seja, não estava sob o seu foco. Na realidade, Korda faz uma descrição fenomênica da experiência da surpresa, mostrando a foto como expressão do próprio estado anímico de Guevara. Não é por demais destacar que essa foto só foi publicada em 1967, após o assassinato de Guevara. Esse dado confere peso as suas palavras. Além disso, vale a pena assinalar que Korda, por suas convicções políticas, jamais cobrou ou recebeu direitos autorais.

Desse modo, ao acionar duas vezes o obturador de sua máquina, ele deixou um registro genuíno do modo de ser de um homem, diante do funeral de 136 pessoas mortas em um atentado. Korda fotografou a dor de Guevara, a solidez de sua postura, seu profundo silêncio de revolta face à injustiça e à covardia naturalizadas, sua determinação inabalável, sua forte preocupação quanto ao futuro e sua aguda consciência do que estava sobre seus ombros.

Mesmo apropriada em situações esvaziadoras de seu significado, como por exemplo, em biquíni promovido pela modelo Gisele Budchen e em tatuagens como as do jogador Maradona e a do pugilista Mike Tyson, essa imagem ainda se materializa em ações movidas por um projeto de coletividade. Como por exemplo, em camisetas de jovens que ocuparam vigorosamente a Praça de Taksim, Istambul, em junho de 2013, tentando impedir o projeto de reforma urbanística do primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan que pretendia demolir a praça para erguer um shopping center.

A postura e a expressão de Guevara nessa foto ilustram a frase presente no livro de Ricardo Rojo (1968) para comunicar ao leitor o que viu e ouviu diretamente do próprio Guevara: *Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás* (Rojo, 1968, p.11). O contexto da produção da fotografia de Korda torna possível sugerir que Guevara não estava apenas proferindo palavras para Rojo. Ele apresentava uma diretriz de sua vida. Portanto, essas palavras estavam encarnadas nele e, durante o memorial para os mortos, na suspeita explosão do navio francês em Havana, manifestaram-se em sua postura e em sua vigorosa expressão. Essa determinação talvez explique porque, quatro anos depois, em 1964, na condição de embaixador, profere em francês o seu discurso na ONU. Ali se materializava também uma resposta à revolta e à dor diante da opressão. Vale perguntar: o que Guevara quer dizer por ternura? O que significa endurecer?

Mauss (1978), em sua seminal conferência “Noção de técnica corporal”, proferida para psicólogos, sociólogos e médicos, procura expandir o conceito de corpo humano, restrito a uma perspectiva biológica, para inscrevê-lo sob a condição social da existência humana. Para realizar essa tarefa, ele parte da premissa que todos os indivíduos humanos se constituem no interior de grupos sociais nos quais se lhes transmite um aprendizado imprescindível para viver no mundo. Nele está implicado um modo específico de moldar o corpo a determinado fim. Mauss chama atenção que a aprendizagem básica da humanidade, ou sua *iniciação*, se constitui em um treino para enfrentar adversidades, contrariedades, perdas irreparáveis, reveses e infortúnios súbitos. Ele enfatiza que as principais exigências na educação dos indivíduos “têm por fim ensinar o sangue-frio, a resistência, a seriedade, a presença de espírito, a dignidade, etc.” (p. 232). Mauss não apenas destaca esses valores, mas também os relaciona à faina do viver humano continuamente havendo-se com incertezas, impedimentos, obstáculos e limites. Há, portanto, uma homologia entre sangue-frio/resistência/seriedade/presença de espírito/dignidade. Nesses valores físico-morais está a marca do treino em se constituir como um amparo para si mesmo. Face à impossibilidade do exercício de sua vontade, o indivíduo de sangue-frio sabe produzir um contrapeso, sabe enfrentar ânimos hostis, agir com sobriedade frente ao inesperado, postergar satisfações, não reagir a provocações, suster o ímpeto e conviver com frustrações e

derrotas. Há, portanto, o aprendizado de uma perspectiva temporal onde não prevalece o imediatismo, nem a pressa, nem o impulsivo.

Isso é possível porque esse indivíduo foi dotado pelo seu grupo de um mecanismo que o permite esperar e evitar precipitações, aprendendo, desse modo, a pelejar com o duro, com o difícil, com o sem saída imediata. Ele conhece como enfrentar e aguentar. Em outros termos, ele experimentou em sua socialização o mecanismo que permite *endurecer* e isso não significa ser rígido, severo ou áspero. Significa que essa aprendizagem é a sua formação básica para o trabalho.

Nesse sentido, Mauss (1978) também explicita em que consiste precisamente esse mecanismo social que opera a educação, o treino, a aprendizagem do *sangue-frio* (*endurecer*). Ele é “antes de tudo um mecanismo de retardamento, de inibição de movimentos desordenados; esse retardamento permite uma resposta posteriormente coordenada de movimentos coordenados, partindo então na direção do fim escolhido” (p.232). Essa formulação trata do inesperado de um acontecimento, do temor ou da revolta em uma situação que geram uma súbita produção da suspensão de um equilíbrio. Nessas circunstâncias, há uma considerável possibilidade de ser dominado por uma mistura de emoções, sentimentos e pensamentos, ou nas palavras de Mauss, estar sob o efeito de *movimentos desordenados*. Portanto, é o ensino do mecanismo da não reatividade ou *retardamento* ou do saber esperar e adiar que permite pensar e escolher gestos e palavras apropriadas à situação, produzindo, com isso, firmeza e solidez.

Ao afirmar que o aprendizado da resistência ou sangue-frio é a *iniciação* da humanidade, o autor suscita pensar em um fundamento para essa afirmação. Uma das possibilidades para tal é considerar duas premissas sobre a situação humana no mundo: além de mergulhada em um inescapável desconhecido, a injustiça é também um fator estruturante da vida coletiva diária. Ambas geram sofrimento, contudo a segunda está enraizada no elemento que regula as relações entre indivíduos, grupos e classes sociais cujo sinal distintivo é a desigualdade. Ela gera o sofrimento da fome, do frio, da falta de um teto, do abandono na necessidade de ajuda médica, do descaso com a educação formal, da percepção precisa de ser tratada como inferior, da humilhação pela não restituição justa de extenuantes jornadas de trabalho, do desespero pela falta de emprego ou da insegurança contínua pela possibilidade de perdê-lo.

Se Mauss fala da imprescindível necessidade humana em aprender o modo de ser traduzido como sangue-frio, Guevara define essa exigência através da ação de *endurecer-se* e introduz a ternura como o ingrediente indispensável para a sua efetivação. Em outras palavras, ele está indicando um *modus operandi* da resistência. A ternura de que fala Guevara diz respeito à vigorosa recusa em ser indiferente às consequências da injustiça social continuamente presentes em uma variedade de situações envolvendo,

sobretudo, os pobres: crianças, idosos, mulheres, homens e jovens. A formulação de Guevara fala de uma postura que impede perder o ânimo e propicia suportar o adverso através da solidariedade para com os diferentes modos nos quais o sofrimento humano se apresenta.

Assim, uma vez que o aprendizado para endurecer sem perder a ternura implica necessariamente no treino para a dilação e para a não reatividade, ele permite, ao mesmo tempo, construir modos para saber ficar em silêncio e consigo mesmo indispensáveis para o exercício do ato reflexivo. Portanto, vale perguntar: em que essa proposição de Guevara esclarece sobre o atual uso de drogas?

2 OUVIDOS FECHADOS E BOCA ABERTA

Em 2011, observações e entrevistas foram realizadas em um centro de reabilitação para dependentes do uso de drogas em uma cidade do oeste paulista. Nelas, um dado comum sobressaiu: uma indisposição para com o silêncio. Um dos lugares ali observados foi a área reservada aos internos, composta de um refeitório, quartos, uma sala para sessões de vídeo, um pátio e um campo de futebol de salão. Essa área se situa próxima às instalações da administração, mas separada desta por uma pequena murada com um portão continuamente aberto. Nela, durante o dia, havia um horário no qual os internos podiam usar o sistema de som instalado pela instituição. Nesses momentos, escolhiam sintonizar a programação musical das rádios locais e o faziam em alto volume. Todo o ambiente ficava tomado pelos ritmos do rap e do sertanejo universitário. Enquanto isso, alguns arrumavam seus quartos ou organizavam seus pertences. Outros sentavam em bancos ou encostavam seu corpo em colunas ou se demoravam longamente em pé. Poucos permaneciam sozinhos. Predominava a formação de grupos. A troca de palavras conduzia a gargalhadas e ocorria de alguém se afastar e não retornar. Fumavam muito. Apesar de dois cinzeiros grandes, havia pontas de cigarro no gramado, no chão e dentro dos jarros de plantas. O alto volume da música os forçava a elevar o tom de suas vozes, em decorrência disso, o ambiente ganhava uma mistura desordenada de sons. O prazo para encerrar essas seções musicais era frequentemente desconsiderado. Não desligavam espontaneamente o rádio. Fazia-se necessário um dos funcionários atravessar o portão e dizer: “pessoal, vamos desligar” ou “já tá na hora”. Mesmo assim, não agiam com presteza. Demonstravam abertamente em gestos e palavras insatisfação com a intervenção e demoravam alguns minutos para atender ao pedido. Ao desligar a contragosto o rádio, a descontração prevalente ia rapidamente desaparecendo, pareciam desarmados e subitamente desocupados. Com esse comportamento, comunicavam o fim de um bem-estar, sinalizando, ao mesmo tempo, que o vozerio e o som alto do rádio lhes agradavam. Isso mostra que

esses momentos eram bastante apreciados precisamente porque permitiam restituir a esses indivíduos uma espécie de solo, de clima, de atmosfera íntima, de ar para que respirassem.

Do ponto de vista desses internos, vozes altas e gargalhadas misturadas ao elevado volume do rádio não pertencem à experiência de uma desconfortável desarmonia sonora. Contudo, do ponto de vista da análise antropológica, tratá-lo simplesmente como barulho é heurísticamente comprometedor. É necessário tomá-lo enquanto um fenômeno evitando abordá-lo como algazarra, balbúrdia, grulhada e banzé. Substituir essa noção de desordem, que comanda o entendimento naturalizado desse fenômeno, e, em seu lugar, introduzir a ideia da existência de uma modalidade de ordenamento implica não apenas considerar que esses internos organizam sua relação com o mundo e com o outro de uma determinada maneira, mas, sobretudo, que neles está inscrito o ordenamento político vigente. Também significa dizer que eles se encontram na corrente desse tempo e, precisamente por isso, podem ensinar com seu comportamento e seu discurso algo sobre ela (Agamben, 2009), (Adorno, 2011).

Além das observações, as entrevistas são igualmente reveladoras desse ordenamento. Aqueles que aceitaram fazê-las comunicaram sua experiência a partir de duas modalidades de argumentação: uma religiosa e outra psicológica. Na modalidade religiosa, suas falas eram construídas a partir do atual discurso neopentecostal onde predomina a evocação da ação do Espírito Santo para deter a atividade de forças espirituais malignas (Bonfim, 2012), (Robins, 2004). Dessa perspectiva, sua dependência às drogas é entendida como o resultado do afastamento de Deus do qual resultou uma abertura para a obra do seu inimigo, o demônio. Definem os efeitos após a ingestão de alguma substância, como um estado de possessão no qual são impelidos a pensar e agir de forma destrutiva. Foi desse modo, por exemplo, que Alberto, 25 anos, segunda internação, ex-operador de empilhadeira e cujo pai vende bala e café em um box de um terminal de ônibus, expressou seu sofrimento com a dependência: “eu derrubei a porta da casa dos meus pais com as duas mãos; não foi com chute; foi só na mão mesmo; a porta ficou no chão e as beiradas de tijolo aparecendo; só acreditei porque quando me recuperei, eu mesmo vi e vi o sangue na porta e minhas mãos machucadas. De onde veio tanta força assim? Foi dele, do inimigo de Deus”. Nessa mesma direção, Afrânio, 19 anos, primeira internação, vendedor de cocada e paçoca, pais faxineiros terceirizados, descreveu o seu tormento com a droga: “isso é coisa do demônio; minha cabeça fica toda oca, sem nada de nada; sô capaz de matar e nem ligar; precisa da força do Espírito Santo; só ele pode tirar a gente disso”.

Se em uma modalidade de argumentação é a presença de padres, missionários e pastores que oferecem as categorias de pensamento para a construção desse entendimento, os principais agentes da outra modalidade são psicólogos e psiquiatras.

Se na modalidade religiosa é o presente a dimensão temporal por excelência acionada, na modalidade psicológica o passado tem um lugar de peso, mas não exclusivo. Para explicar uma situação atual, os enunciados são produzidos a partir de eventos da infância e adolescência. Desse modo, os espaços da família e da escola ganham centralidade na identificação das causas de seu problema: violência doméstica, figura paterna ausente, abandono materno, impossibilidade de atender às expectativas, comparação entre irmãos, sarcasmo de professores, lentidão para entender a explicação e intimidação de colegas. Todavia, a exploração vivida no trabalho também tem relevância entre as causas apontadas, inclusive, para a recaída: repetição exaustiva sob supervisão autoritária, cansaço pela monotonia, falta de melhoria salarial e ausência de perspectiva. Nessas condições, um trabalhador deseja não apenas um alívio imediato, mas também uma sensação de prazer como afirmou Elpídio, 21 anos, cortador de jeans, segunda internação: “entrava das 7 da manhã e saía das 5 da tarde, passava o dia todo ali naquele mundaral de pano com um encarregado no meu pé sem precisão nenhuma porque sei das minhas responsabilidades; aí, a gente fica doido, doido mesmo; fica precisando de uma coisa boa que dure”.

Nessas entrevistas, um dado recorrente e presente nas duas modalidades de argumentação chamou atenção: indisposição para ficar sozinho ou em silêncio. Essa questão já despontara na primeira pesquisa, realizada naquela ocasião em uma cidade do nordeste. Um dos entrevistados, Simão, publicitário, filho de comerciantes do ramo de peças automotivas, à época da entrevista contava 27 anos, era solteiro, morava com a avó materna e frequentava regularmente há quatro anos um grupo de NA (narcóticos anônimos). Ao descrever a sociabilidade no interior de um grupo de usuários compulsivos de maconha, álcool e cocaína, disse: “a gente num conversava nada de futuro; aliás, não tinha conversa nenhuma, a gente não conversava nada; num se pode sequer dizer que a gente só falava H2O, porque água é um bem precioso”. Seu enunciado tematiza a pauperização da comunicação interpessoal. Ou seja, esses indivíduos não se encontram apenas sem palavras para expressar seu pensamento. Não se trata de uma simples lacuna, mas, da ausência neles próprios do valor da palavra em si mesma (MELIÀ, 2013). Portanto, Simão está descrevendo a inexistência de habilitações para o exercício da conversação. Ele mostra a palavra destituída da condição de centro mediador da convivência e, em seu lugar, a presença de uma exterioridade ruidosa. Ao sinalizar nessa direção, Simão deixa entrever algumas das propriedades dessa forma de sociabilidade: indiferença ao receptor da mensagem e a falta do emprego de um ritmo que alterne palavras (fala) com pausas curtas ou longas (silêncio). Assim, um dos ângulos do seu enunciado é a questão do silêncio o qual é condição constituinte da expressão qualificada do pensamento através da palavra.

Todavia, o silêncio não se restringe à dimensão da comunicação interpessoal. Ele também é imprescindível para se está a só consigo mesmo, circunstância indispensável para o exercício do raciocínio reflexivo, sem o qual não se realizam uma transformação consistente nem uma dedicação ao estudo. A fala de Jurandir é ilustrativa desse ponto. Ele estava com 26 anos e mantinha-se longe da cocaína há 10 meses. Aos 20 anos, em uma festa de reveillon na casa de amigos, experimentou a cocaína que “estava à disposição em abundância”. Seu primeiro tratamento foi aos 24 anos e daí se seguiu mais duas internações. Graduado em Comunicação Social, trabalhava há doze meses em uma agência de propaganda cujo proprietário conhecera em uma clínica de reabilitação. É separado da esposa com quem tem um filho de três anos e morava com a mãe, enfermeira-chefe de um hospital público. Em um momento da entrevista, revelou uma aguda apreensão quanto a uma possível recaída:

“O momento ruim é abrir a porta do apartamento e aquele silêncio ali; fico inquieto; ascendo a luz; não é medo do escuro; não é isso; porque mesmo com a luz acesa sinto esse receio; tenho de fazer logo algo porque senão isso pode tomar conta de mim e, aí, posso não agüentar e tem bar e tem mercado embaixo, tudo a mão; coisa mais fácil comprar uma lata de cerveja e daí é escada abaixo. Mas, faço logo o que tenho de fazer: ligo a tv, abro as janelas para o som dos carros entrar; minha mãe reclama do barulho da avenida, mas esse barulho é minha salvação; não me perturbo com ele; às vezes, eu chego a ligar o som também (risos); reduzo o volume da tv e coloco o som; tem vezes, até a Hora do Brasil (mais risos); mas, se eu ver mesmo que ainda tô nessa, ligo para minha namorada pra ela vir ficar aqui comigo ou pra gente se encontrar, sair, um cinema, uma pizza”.

Sua fala enuncia a existência diária de alguém vivendo sob um estado de urgência latente. Um dos pontos centrais é a descrição de um sistema de defesa para proteger-se de um iminente desespero. A ação de base consiste em tomar objetos do ambiente imediato e dar-lhes função distinta da sua original. Desse modo, uma janela não se destina à ventilação assim como um rádio não está para o prazer da música ou da necessidade da informação. A mesma operação cognitiva é executada sobre a tv e o equipamento de som. Através de um aflitivo arranjo entre atos e objetos, como se na borda de um precipício estivesse, como se dentro de poucos instantes o ameaçador se realizasse, Jurandir age desfazendo possíveis nexos entre o desespero e o baixo nível de sonoridade ambiental. Seu relato trata de quem acredita ter que se precaver de um grande perigo sempre próximo. Essa ameaça é a recaída. Jurandir teme procurar no entorpecimento químico o meio para suplantar a persistência do pressentimento. Ele vive como se esperasse o esperado. Quanto a isso, é oportuno salientar o quanto o mercado legal de bebidas alcoólicas é mais perigoso para indivíduos com histórico de dependência a drogas ilegais. Potencialmente, ele funciona como um socorro imediato. Em sua fala, Jurandir não diz temer ligar para um traficante e encomendar

um “*pino*” (cocaína). Para a recaída consumir-se não precisa esperar muito: “tem bar e supermercado embaixo, tudo à mão”. Assim, a única providência é dirigir-se a um bar ou a um supermercado. Basta dinheiro, pernas e mãos. Esses estabelecimentos comerciais, portanto, protegem os dependentes dos arriscados procedimentos de entrar em contato com distribuidores volantes de substâncias não autorizadas. Jurandir se conduz como se ocupasse a posição de príncipe-herdeiro de um reino temerário e a recaída fosse o inevitável quinhão recebido. Para ele, silêncio está associado a perigo, e barulho é sinal de socorro. O primeiro representa medo e problema; o segundo significa alívio e solução.

Para pensar essas conexões, é necessário colocá-las em uma perspectiva. Guimarães Rosa (1994) realiza, em “Grande Sertão: Veredas”, uma densa reflexão sobre o medo e a remete à questão do silêncio em termos da necessidade de ser capaz de estar consigo. Em uma passagem, um dos personagens diz que “Medo agarra a gente é pelo enraizado. Fui indo. De repente, tomei o gole de um pensamento – estralo de ouro: pedrinha de ouro. E conheci o que é socorro” (p.211). O temor ao silêncio de Jurandir não se resolve através do manejo técnico fornecido pelos recursos de seu apartamento. Esse silêncio atormentador irrompe a partir de sua interioridade, ou seja, no enraizado. Tornar-se capaz de escutá-lo é viabilizar o socorro e isso resulta de um entendimento obtido sem pressa (Fui indo. De repente tomei o gole de um pensamento). Em outro momento, o personagem fala que “Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo do sucedido. O que induz a gente para más ações estranhas é que a gente está pertinho do que é nosso, por direito, e não sabe, não sabe, não sabe!” (p.135). As ações de Jurandir são dotadas de um senso prático, pois são traduzidas como sua luta contra a recaída (faço logo o que tenho que fazer). Contudo, à medida que descreve seus atos diante da ampliação da escala de sua inquietação, ele ri duas vezes. Não riu da interlocutora. Seu riso ocorre em momentos precisos de seu relato, funcionando como uma pausa, uma descontinuidade, uma suspensão do fluxo da comunicação. Ele riu de si mesmo, percebendo uma desproporção em seus atos, como se estivesse se dando conta de algo estranho que o empurra para fazer todos aqueles atos; como se de repente intuisse da existência de algo que o induziu para más ações estranhas. Jurandir atribui ao exterior o silêncio que o perturba, Guimarães Rosa, contudo, suscita pensar que o baixo conhecimento de si é o obstáculo para enxergar nesse silêncio algo inalienável em si.

Assim como a reflexão de Rosa ilumina a situação de Jurandir, as considerações políticas e psicológicas do professor de filosofia Costica Bradatan (2012) sobre o lugar de muros e cercas (eletrificadas e de arame farpado) na sociabilidade humana são também inspiradoras. Sua reflexão tem como ponto de partida a proposta de Michele Bachmann, candidata à nomeação republicana nas eleições presidenciais americanas

de 2012. Ela sugeriu a construção de uma cerca de arame farpado para percorrer toda a fronteira entre os Estados Unidos e o México. Essa sugestão foi ampliada na mesma época por Herman Cain, outro pré-candidato do mesmo partido, que propôs a eletrificação da cerca “de forma que ela pudesse ser suficientemente letal para causar a morte de quem a tocasse” (p.78). Para fornecer um princípio explicativo a essas propostas, Bradatan traz algumas experiências efetivas de construção de fortificações em lugares e épocas distintas para demonstrar que “muros são construídos não para a nossa segurança, mas para nos dar uma sensação de segurança” (p.79). Ele cita a muralha chinesa iniciada em 220 e concluída no século XV, com uma extensão de mais de 21 mil km; a muralha de Adriano, construída no século II pelo império romano ao norte da Inglaterra; o muro de Berlin, um gradeamento metálico de mais de 66 km, erguido em 1961 e demolido em 1989. Com esses exemplos Bradatan demonstra seu argumento: em contextos de incertezas e inseguranças, indivíduos e grupos idealizam esses tipos de artefatos para produzir “conforto mental, tranquilidade e até uma vaga promessa de felicidade” (p.79). Nessa mesma página, prossegue com sua reflexão e diz:

“O que um muro satisfaz não é tanto uma necessidade material como mental. Muros não protegem pessoas dos bárbaros, mas de suas ansiedades e medos, que muitas vezes podem ser mais terríveis do que os piores dos vândalos. Desta forma, eles são construídos não para aqueles que vivem fora deles e a partir deles, numa separação. Em certo sentido, então, o que é construído não é um muro, mas um estado de espírito”.

À semelhança dos muros, cercas e muralhas que Bradatan apresenta como ilusórios procedimentos para manter políticas segregacionistas, criadoras de um “nós”, humanamente plenos, versus um “eles”, duvidosamente humanos, Jurandir ergue uma barreira sonora desarmônica para impedir que o silêncio instale um temido estado de espírito. Através do ruído, ele procura apartar de si algo que lhe constitui, isolando e rejeitando parcelas de sua biografia.

Recusar deparar-se com esse silêncio é, de igual modo, esquivar-se da tarefa de produzir sua autonomia, optando pelo enquadramento irrefletido às determinações ordenadoras do viver diário. Em outras palavras, é eleger a passividade e estender a mão aos diversos recursos postos à disposição pela indústria do entretenimento cujo culto à distração impõe a proliferação de um crescente consumo de objetos e lugares. Esses produtos, frutos também da atual lógica da precarização do trabalho ocultam sua duvidosa qualidade e apresentam-se como capazes de preencher com seu ruído o espaço do incômodo silêncio (SELEGRIN, 2013).

Essa funcionalidade, contudo, não é apenas atributo das indústrias do entretenimento. A recente pesquisa da farmacêutica bioquímica, Nency Zaurísio de Souza (2013), oferece um importante apoio para essa afirmação. Ela foca sobre

a prescrição para o uso de sedativos e hipnóticos. Para tanto, lista os medicamentos mais receitados pelos médicos e disponíveis no mercado farmacêutico. Souza apresenta os nomes desses remédios, seu tempo de permanência no organismo, a dosagem recomendada e seus efeitos colaterais. Destaca que, enquanto um medicamento hipnótico é indutor do sono, o sedativo, além de diminuir a recepção à estimulação, também atua reduzindo a atividade motora e o processo do pensamento. Excluindo os casos de doenças graves, a conclusão de Souza é simples: a população brasileira consome abusivamente essas substâncias legais. Sua pesquisa mostra que a dependência às drogas tem várias faces e abrange também produtos submetidos ao regime formal do mercado. Hipnóticos e sedativos atuam sobre processos fisiológicos funcionando como barreiras que suspendem um mal estar de um mundo interior. Em sendo assim, do mesmo modo, a indústria farmacêutica age aplainando os fugazes ou ineficazes efeitos especiais das indústrias da diversão sobre o tédio, o tormento e a angústia. Logo, a escala da dificuldade em manter-se com os ouvidos abertos para discernir seu contexto e a boca fechada para um consumo proliferador da alienação é muito mais ampla.

Os dados de Souza sugerem que impedimentos para experimentar o silêncio e o ficar a sós consigo mesmo não se limitam a dependentes de substância ilegais. Neles, a dependência aparece publicamente de modo agudo. Ela atravessa os campos da medicina e da psicologia. É alvo de intervenção direta de agentes do direito e das forças de segurança e, por isso, recobre cruciais aspectos morais. Tudo isso se agrava porque “a diferenciação entre o consumo próprio – individual ou coletivo – e o tráfico ainda não foi totalmente estabelecida. A ausência de tal distinção acarreta um tratamento de desconfiança moral, policial e legal frente a todos os usuários de substâncias psicoativas, independente de seus hábitos e dos contextos culturais” (GIL & FERREIRA, 2008, p.12). Contudo, uma questão levantada pelo trabalho de Souza é a presença na sociedade brasileira de dois movimentos em relação às substâncias psicoativas: por um lado, há uma medicalização e, por outro, uma criminalização.

Apesar dessa decisiva distinção entre as duas formas de dependência, os dados de Souza permitem uma convergência entre ambas: um mal-estar em deparar-se com o silêncio e o estar a sós consigo mesmo. Ocorre que a busca por entorpecimento químico para enfrentar a ausência desse aprendizado não consiste no único recurso. As possibilidades são várias. Essa questão está pensada na “Trilogia do Silêncio” do cineasta sueco Ingmar Bergman, durante a primeira metade dos anos 50. Em um dos filmes, *O Silêncio* (1963), as personagens, ao se encontrarem inesperadamente consigo mesmas e com o silêncio, não sabem lidar com essa situação. Diante disso, procuram a dispersão através de atividades e lugares que, preenchendo o seu tempo, as impeçam de reconhecer e viver esse modo de existência do vazio. Se uma reflexão sobre essa questão

está no campo das letras e do cinema, qual a literatura disponível no campo das ciências humanas que possa iluminá-la?

3 OS SILÊNCIOS

“Silence” (1961) é uma coletânea de 29 artigos entre ensaios e conferências escritos pelo compositor erudito americano John Cage. Nela está reunida sua produção reflexiva entre 1939 a 1961. Embora voltada para questões do pensamento musical, sua discussão traz elementos para examinar um dado frequente nas entrevistas com indivíduos onde predomina um longo histórico de entradas e saídas em centros de reabilitação: uma indisposição com o silêncio.

No terceiro ensaio, *Experimental Music*, Cage (1961) procura produzir o estatuto do silêncio na existência humana, afirmando que “não há espaço vazio nem tempo vazio. Há sempre algo para ver e ouvir. De fato, tentemos o quanto for possível fazer silêncio, não conseguiremos” (p.08). Para fazer acontecer essa ideia, Cage cria a composição 4’33”. Nela, durante quatro minutos e trinta e três segundos, um músico ou músicos não executam nenhum som a partir dos instrumentos. Se for pianista, por exemplo, permanecerá diante do piano durante 4’33”. Ele propõe à plateia experimentar os ruídos inexoravelmente ali presentes, comunicando, com isso, que a busca ativa por silêncio conduz à percepção dos ruídos que dominam o ambiente.

Cage produz seu argumento, mas não exclusivamente, a partir da experiência física do som, e ao utilizar a categoria ambiente, fornece uma pista para pensar a provocadora relação exposta: o intento de vivenciar o silêncio gera a tomada de consciência das qualidades sonoras do seu entorno. Se entendermos ambiente enquanto relações sociais concretas que comandam a vida humana, então passaremos a compreender que os sons ao nosso redor são produtos do mesmo ordenamento político que se impõe sobre o nosso dia a dia.

Os estudos de um músico sobre o silêncio ocorrem dentro de um horizonte de expectativas inscritas a partir da natureza mesma de sua atividade: trabalhar o som. Contudo, a reflexão de Cage não se restringe apenas a pensar a impossibilidade da experiência do silêncio completo e em buscar uma resposta formal para demonstrar esse problema. No ensaio sobre Erik Satie, ele analisa uma delimitada situação de silêncio: um jantar entre amigos. Mostrando um grau de exigência com a finalidade social de seu trabalho, Cage (1961) manifesta um desejo em fazer uma música com as seguintes propriedades: “Ela preencheria esses pesados silêncios que caem entre amigos durante um jantar. Ela os pouparia do tormento de prestar atenção para seus banais comentários. Ao mesmo tempo, neutralizaria os ruídos da rua os quais tão indiscretamente entram

na conversação. Fazer tal música seria responder a uma necessidade” (p.76). Nesse ensaio, o músico reduz a escala de seu objeto. Passa a tratá-lo de modo mais prosaico e, com isso, procura forçar limites estabelecidos para definir o *modus operandi* da produção musical erudita. Sua tarefa seria colocar à disposição da humanidade um recurso para intervenção simultânea sobre propriedades invasivas do mundo objetivo e sobre condições específicas do mundo anímico dos indivíduos. Tudo isso com o fim de proteger as delicadas possibilidades do encontro face a face através do diálogo. Em palavras mais simples: uma música para garantir a potência da alegria.

Além da perspectiva musical de Cage, autores de outros campos de estudo fazem considerações sobre o silêncio e suas modalidades. O rico estudo etnográfico de Claudia Fonseca (2004), em duas comunidades urbanas e pobres da cidade do Porto Alegre, ilustra a variedade desse fenômeno. Ao examinar as relações de gênero na Vila São João e abordando a questão da infidelidade conjugal, ela constatou que “o homem cuja mulher rompe o pacto tem que sofrer em silêncio, pois qualquer reação dele seria assumir publicamente o status humilhante de guampudo” (p.155). Nessa situação, ela mostra o silêncio enquanto um acordo público traduzido em forma de impedimento: o homem é obrigado a permanecer calado. Como o silêncio não é o foco analítico de sua pesquisa, Claudia Fonseca não o problematiza.

O mesmo não pode ser dito sobre o ensaio do historiador Peter Burke (1995). Nele há um esforço sistemático para produzir uma história do silêncio no período moderno da Europa. Seu foco não está no impedimento ao falar, apresentado por Fonseca, mas precisamente no ato deliberado de manter-se calado. Burke ilustra seu recorte com um verso de um poeta inglês do século XIX, Martin Tupper, afirmando que “o silêncio oportuno tem mais eloquência do que o falar” (p.162). Seu estudo, portanto, é sobre esse *silêncio oportuno* que pode ser de longa ou pequena duração, afetuoso ou hostil, desdenhoso ou respeitoso, polido ou insolente, espontâneo ou estratégico. Além do que, também pode expressar humildade, raiva, medo, discrição, submissão, vergonha ou proteção. Desse modo, Burke, afora demonstrar que o ato de não falar assume uma variedade de usos, aborda o silêncio como uma forma de comunicação com regras e convenções próprias. Em sendo assim, permanecer em silêncio constitui a aprendizagem para saber em que situações é melhor não falar.

Se o foco de Burke é explorar a história do ato voluntário de se manter calado na Europa do período moderno, o interesse do antropólogo americano Keith Basso (1970), fonte de inspiração do ensaio de Burke, está em outro lugar. Em seu trabalho de campo, em uma aldeia apache do oeste dos Estados Unidos, Basso examina a difundida crença de que o silêncio de índios americanos é o resultado de pobreza linguística, dignidade instintiva ou ausência de receptividade afetiva. Para tanto, o autor organiza seus dados através de um conjunto de situações. Nelas, além de mostrar a recorrência

do comportamento de permanecer calado entre os apaches, revela como se efetiva o ato do silêncio. Algumas dessas situações são: a) quando crianças reencontram seus pais após um longo afastamento; b) nas fases iniciais do namoro; c) em presença de pessoas que perderam seus parentes; d) nos rituais de cura manter-se distante da pessoa a quem os procedimentos são dirigidos; e) ao encontrar-se com desconhecidos; f) diante da destemperança de alguém. Através de seus dados, Basso pôde mostrar a qualidade etnocêntrica dos atributos dirigidos aos índios americanos, em especial, aos apaches. Seu silêncio não é o produto de uma organização cognitiva deficiente nem tampouco de uma estrutura psíquica de baixa responsividade ao contato interpessoal. Basso explica que as diferentes situações de interação face a face são vistas pelos apaches como portadoras de elevadas ambiguidade e imprevisibilidade. Portanto, para eles, renunciar à palavra é o modo de enfrentá-las. Ao mesmo tempo, através de expressões como “falar é prata, calar é ouro”, o autor procura aproximar esse modo de ser dos apaches a ideais prescritos para os americanos modernos, tentando criar a possibilidade de produzir uma percepção da semelhança. Além disso, não apenas constrói o valor heurístico de pesquisas sobre o silêncio, mas desperta seu interesse, afirmando que “para um estrangeiro [...], um conhecimento de quando não falar pode ser tão básico para produzir comportamento culturalmente aceitável quanto um conhecimento do que dizer. Disso resulta que uma adequada etnografia de comunicação não deve se confinar exclusivamente à análise de escolhas dentro de um repertório verbal” (p.214).

Embora existam aproximações aos estudos de Basso e Burke, o ensaio sobre Rimbaud de Maurício Gutierrez (2008) explora outras dimensões do silêncio. Desse modo, assim como os apaches do sudoeste do Arizona decidem calar e Burke analisa as regras desse mesmo comportamento entre os europeus modernos, Gutierrez procura uma explicação para Rimbaud ter ido a África engajar-se em um empreendimento mercantil, cessando deliberadamente de usar a palavra com um fim poético. O autor quer entender o motivo de Rimbaud calar-se poeticamente e trabalha com a hipótese de que esse silêncio pode dizer algo sobre nós. Essa incisiva decisão de Rimbaud, portanto, não é pensada como uma idiosincrasia. Ao contrário, Gutierrez a inscreve dentro de um ponto de vista universalizante acreditando que ela permite uma compreensão de aspectos da condição humana. Através desse silêncio, o autor tematiza as condições de possibilidade para a emergência da criação poética. Concluiu que Rimbaud percebeu seu exercício poético esvaziado e procurou no silêncio o socorro para recuperar sua potência expressiva.

A reflexão do biólogo Rogério Lacaz-Ruiz (2011) avizinha-se das conclusões de Gutierrez para o caso Rimbaud. Enquanto esse último trata das condições necessárias para o pensamento inovador no campo da poesia, o último as discute no âmbito da ciência. Portanto, Lacaz-Ruiz não concebe o silêncio como privação da fala. Contudo,

seu intento é operar com a categoria analítica *silêncio intelectual* ou *paz* e mostrá-la como condição imprescindível para o trabalho do professor e do pesquisador. O autor oferece um conjunto de exemplos de inventores e pesquisadores que procuraram o recolhimento como condição para seu trabalho. Para tanto, evitavam celebrações, premiações, festas, enfim, situações promotoras de dispersão. Embora o artigo não examine as instituições de ensino, as considerações de Lacaz-Ruiz inspiram pensar o atual ambiente universitário onde predominam ruído e ausência de quietude, sobretudo, no entorno das salas de aulas e nos gabinetes de trabalho dos professores. Com isso, a prática do *silêncio intelectual* ou a capacidade de recolher-se para operar uma reflexão está rotineiramente impedida exatamente nos lugares socialmente destinados a desenvolvê-la e promovê-la. Sem o *silêncio intelectual* ficam comprometidas a inovação e a crítica. O autor dirige uma breve reflexão para a política educacional brasileira, dizendo: “os salários baixos levam as pessoas a perderem a paz, o silêncio, a tranquilidade” (p.06). Essa observação conduz ao ensino fundamental, sobretudo o público, onde a baixa remuneração dos professores é a tônica. Essa desvalorização tem como um dos efeitos a perda de condições indispensáveis para a execução de um trabalho intelectual, que repercute direta e negativamente na relação do professor com alunos nas fases da infância e da adolescência. Desse modo, um cotidiano escolar é atravessado pela ausência da experiência de manter-se em quietude para a prática do pensamento. Em seu lugar, os aprendizes desenvolvem outras disposições: a dispersão e a superficialidade. Por serem adquiridas através de um treino de longa duração, essas disposições podem estar consolidadas em indivíduos que ingressam em uma universidade. Portanto, a base dessa escolarização não os dota de habilidades para a concentração e para tarefas com maiores níveis de abstração. Assim, é uma formação produtora de gente para funcionar dentro do atual modelo econômico gerador do trabalho precarizado (SELEGRIN, 2013). Ao mesmo tempo, ao favorecer a dispersão, impele os adolescentes para diversas direções. Entre elas, a droga.

Como é possível perceber, esses estudos têm ênfases distintas. A modalidade de silêncio examinada por Basso não se aproxima do tipo de silêncio presente na reflexão de Cage, no dado de Fonseca, no estudo de Burke tampouco nos ensaios de Gutierrez e Lacaz-Ruiz. Fonseca trabalha com um contexto de impedimento e Burke com um arco maior de aplicação do ato deliberado de calar. Basso examina a orientação de um grupo para ter em alta importância o aprendizado do comportamento de silenciar e, com isso, atualizar concretamente sua definição de humanidade. A reflexão de Cage, por seu turno, não se dirige para pensar proibições ao falar ou valorizações do calar. Ele está interessado em obter um conhecimento para criar composições musicais capazes de gerar nas pessoas uma consciência do lugar do silêncio nessa forma particular de existência que se manifesta na espécie humana. Já o trabalho de Gutierrez inspira

pensar sobre a busca ativa de um estado de silêncio propiciador da condição do comportamento inovador, ousado e criativo nas soluções para os problemas do viver. Lacaz-Ruiz, por outro lado, oferece elementos para perceber o papel fundamental da escola na aprendizagem de um tipo de silêncio que permite desenvolver os atributos ressaltados por Gutierrez. Se a discussão desses autores leva a essas direções, quais os caminhos que dependentes do uso de drogas percorreram nas entrevistas quando, ao descrever sua difícil situação de vida, tocaram na questão do silêncio?

4 A DESERTIFICAÇÃO DO DESERTO

Em 1972, a ONU cria, com sede no Quênia, o Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente. Tal agência passa a coordenar a discussão política internacional sobre o agravamento dos danos ao meio-ambiente. Naquela mesma data, instituiu o dia 05 de junho como o dia mundial do meio-ambiente. Para essa data em 2006, ela escolheu os desertos como o centro dos debates. Nessa ocasião, o jornal Folha de São Paulo, em seu caderno Ciência, reproduz a matéria de Steve Connor do jornal Independent, órgão da imprensa britânica, com o título: “Desertos estão em risco, diz ONU”. Num texto conciso e informativo, o jornalista produz um atributo para os desertos distante das definições correntes que os concebem como espaços do nada, da desolação, abandonados e sem vida. Ao visar construir no leitor essa nova percepção, Connor diz: “a mudança climática causada pelo aquecimento anormal da Terra está tornando a vida cada vez mais difícil para os desertos verdadeiros, que existem a milhares de anos”. Nessa comunicação sobressai a categoria “*desertos verdadeiros*”. Através dela, o deserto adquire o sentido de lugares vivos, ativos e habitados. Desse modo, por contraste, *desertos falsos* são aqueles que sofreram processos de *desertificação* e, com isso, se tornaram infecundos e esgotados.

O ponto distintivo do conceito de *desertificação* é a perda da capacidade de resistência para garantir imprescindíveis condições vitais. Através dele, captura-se os elementos empíricos do enfraquecimento, da passividade e da depauperação. Desse modo, a partir dessa perspectiva, pergunta-se: Se o conceito de *desertificação* permite organizar uma reflexão sobre ações políticas e econômicas que regem as relações entre coletivos humanos e meio-ambiente, ele possibilitaria problematizar a questão do silêncio tal qual aparece nas entrevistas com dependentes do uso de drogas?

Nelas, o silêncio desponta em perspectiva distinta a dos autores examinados na seção anterior. Não surge como um impedimento ao falar nem uma decisão para permanecer calado, tampouco uma condição para refletir. Trataram-no enquanto um mal-estar, um obstáculo, um estorvo, enfim, um evento contrário a sua vontade. Nesse sentido, uma experiência muito difícil de suportar. Em vistas disso, eles o conceberam

como uma experiência do indesejável e também do intratável, uma vez que o silêncio é vivido como algo difícil de fazê-lo deixar de existir. Nessa perspectiva, eles devem se afastar do silêncio, pois ele se avizinha do árido, do desolado e do nada. Portanto, cabe perguntar: esse entendimento é o resultado da dependência ou de uma sociabilidade propiciadora do desvalor à experiência do silêncio? (CALLEJO, 2003). Em outras palavras: os dependentes não estariam apenas apresentando em escala ampliada o *modus vivendi* atual, a “mentalidade hegemônica do mundo?” (SAFRA, 2009, p.82).

Muito cedo crianças que vivem em espaços urbanos e de todas as classes sociais se habitua a ruídos contínuos dentro e fora de casa. Quando não são rádios, são televisões ligadas apenas para um preenchimento sonoro do interior de creches, de consultórios médicos ou shopping centers. Esses aparelhos atendem a outra funcionalidade, pois um indivíduo não vai a nenhum desses lugares com o intuito precípua de assistir televisão assim como ninguém entra no museu do relógio para saber as horas. Desse modo, eles são objetos usados para distrair e, em sendo assim, sugerem o pouco valor à aprendizagem da concentração. Além do que, a ação de distrair não significa apenas deslocar a atenção de alguém para outro ponto, mas também, torná-lo desatento e fazê-lo esquecer de suas sensações e percepções imediatas. Todo esse enquadramento sonoro ao redor da criança é disfuncional, num aspecto, e funcional em outro. É disfuncional porque gera na criança uma disposição para aderir a qualquer elemento flutuante impedindo, assim, a imprescindível quietude para explorar de modo cuidadoso um objeto ou para aprender a realizar com esmero uma tarefa. É também funcional porque produz na criança habilitações necessárias para saber interromper uma atividade passando para outra sem deixar rastros e para realizar simultaneamente mais de uma tarefa: ouvir música no fone de ouvido, ler um livro e prestar uma seletiva desatenção a quem entra e sai de seu campo de visão. Desse modo, a música e o livro ornamentam sua pessoa assim como o corte de cabelo, o tênis e o modelo da calça jeans. Ao ingressar na universidade, o elevado volume dissonante de vozes pelos corredores e o entra e sai dentro das salas de aula não lhe causa estranhamento. Uma formação para o trabalho e para a vida há muito lhe foram instaladas (SELEGRIN, 2013).

Tal negligência quanto à aprendizagem do silêncio impede a aquisição de técnicas corporais para habitar um *deserto vivo* que todo ser humano conduz em si e também expressa a irreduzível condição de seu ser histórico no mundo. Atribuir o conceito de silêncio a um estado mental e compreendê-lo como matéria prima da concentração, da reflexão e do controle sobre as emoções são, portanto, tarefas aprendidas. O silêncio compõe as técnicas corporais de uma sociedade relacionadas ao exercício da pausa, dos prazos e da dilação. A desatenção social a ele gera dinâmicas de *desertificação*, ou seja, de depauperação de forças anímicas responsáveis pelo imaginar, pelo contemplar e pela capacidade de concentrar. O comprometimento dessas dimensões

da estrutura vital humana impede o desenvolvimento da autonomia reflexiva e o treino do sangue-frio para suportar o sofrimento e não agir impulsivamente diante dele. Desse modo, a aprendizagem da experiência do silêncio é imprescindível para a capacidade de resistência e para um entendimento sobre o sofrer humano, o qual introduz os elementos do respeito e da solidariedade para com os outros. Assim, *desertificar* seu deserto é endurecer perdendo a ternura e, para tanto, é necessário uma adesão aos comandos hegemônicos que definem o que é prestígio na vida social através de valores como a rivalidade competitiva, a indiferença e a pressa.

A dependência às drogas ilustra um processo de *desertificação*. Em alguns indivíduos, ela o intensifica, por isso não pode ser considerada como causa. A dependência às drogas é uma das possibilidades do debilitamento das potencialidades humanas. Esse enfraquecimento se encontra nos atuais “procedimentos de massificação contínuos” (ENRIQUEZ, 1990, p.12) onde singularidades humanas são submetidas a um processo “mortífero de homogeneização” (ENRIQUEZ, 1990, p.12). O caso das tvs e rádios ligados continuamente em creches é um exemplo desses procedimentos assim como o discurso de Jurandir, tratado na seção anterior, e as falas a seguir de Abelardo e Nivaldo.

Abelardo se encontrava internado há dois meses. Mora com a avó materna que recebe uma pensão do INSS. Aos 5 anos, os pais se separaram. É o filho mais velho do primeiro casamento de sua mãe que vive com seu atual marido com quem tem duas crianças pequenas. Foi ela quem tomou todas as providências para sua internação. Abelardo raramente vê o pai. Ele não concluiu o segundo grau e, por causa da dependência ao álcool e à maconha, foi demitido da firma de limpeza terceirizada onde trabalhava. Experimentou maconha pela primeira vez com um colega de escola, aos 14 anos, mas já bebia com um grupo de adolescentes mais velhos na rua onde morava. Não consumiam apenas nos finais de semana. Reuniam-se à noite em uma pracinha do bairro e bebiam. Iam para festas de aniversário e ingeriam grandes quantidades de qualquer bebida. Na escola, conseguiam a maconha. Como não trabalhava, fazia pequenos roubos em casa. Vendia os presentes que ganhava da mãe e da avó. Aos 16 anos, chegou a tomar de assalto o celular da mão de uma menina numa parada de ônibus. A menina gritou. Ele correu muito e com muito medo urinou na calça. Aos 18 anos, Abelardo conseguiu uma vaga em uma padaria para fazer faxina. Ficou um mês porque o patrão não pagava direito. Já sentia vontade de beber todos os dias, começou a chegar em casa tarde da noite e alcoolizado. Passou a ter atritos frequentes com a avó, porque também não trabalhava. Um colega conseguiu a vaga na firma de limpeza. Acreditou que podia controlar a bebida e organizou sua ingestão em um esquema de dias alternados. Mas, isso interferiu no horário de trabalho e foi demitido. Voltou a beber sem regras. No momento da entrevista, Abelardo estava em sua primeira reabilitação:

“Bebia todo tipo de bebida; o bicho pega com qualquer uma; usei beque; gostava muito também; pó quase não uso e mesmo assim é só para dá aquela ligada básica; bebo e fico quieto; não sou do tipo que causa; que dá alteração e perturbação geral; fico quieto; nenhum vizinho faz queixa de mim; mas não suporto beber sozinho e em lugar assim sem música; adoro a barulheira do bar; o vozero; aqui mesmo não gosto de ficar sozinho; faço logo uma galera para mim e me enturmo; [o que vocês fazem?] nada de interessante; a gente fica por aqui e por ali [o que vocês conversam?] qualquer coisa, não tem uma coisa assim, um assunto; é contando piada; tirando uma com a cara de um, mas na boa; falação de futebol; falação muita; é bom”.

O relato de Nivaldo a seguir também aponta para um procedimento conceitual semelhante. Ele estava com 22 anos e em sua segunda reabilitação. Esteve trabalhando até então como frentista em um posto de gasolina, dirigido por um tio materno. Já trabalhou como garçom, entregador de pizza e chapeiro em trailer de lanches. Não concluiu o segundo grau, mas planeja fazê-lo. Mora com os avós maternos, bancários aposentados de um banco privado. O pai morava em Miami e não tinha contato com ele. A mãe era casada e vivia com o segundo marido em outra cidade. Começou a beber aos 13 anos na companhia de primos mais velhos com quem, ainda nessa idade, experimentou maconha e cocaína. Aos 17 anos, entrava na favela para consumir cocaína e saía de lá endividado. Deixava tudo: relógio, tênis, celular. No aniversário e nas festas de final de ano, guardava presentes como bermudas, camisas e sapatos para trocar com o traficante. O avô, quando descobriu, ficou bastante aflito e revoltado. Sua primeira internação, aos 18, foi um meio de acalmar os avós. Aceitou como uma trégua, mas também porque se sentia muito debilitado. Ficou seis meses em tratamento. Ao sair, começou a trabalhar com um tio e, durante dois anos, permaneceu sem consumir a cocaína. Na festa de aniversário de um colega de trabalho, viu o pó e decidiu não recusar. Daí, a cocaína passou a comandar sua rotina até que os avós o levaram de volta à reabilitação. Durante a entrevista, Nivaldo fez as seguintes relações entre infância e silêncio, e silêncio e recaída:

“Desde moleque faço dever de casa com a tv ligada; nunca teve assim, isso de fazer silêncio, desligar a tv, falar baixo porque eu tava fazendo o dever; hoje, to mais ampliado; faço ainda mais coisas ao mesmo tempo e não me chame para coisa calma, sem agito; eu gosto de agito. Isso de ir para uma serra, uma praia ficar longe de movimento, mano, não dá pra mim; fico ansioso com paradeza perto de mim; dá hora é movimento, vozes; por isso, to sempre fazendo alguma coisa; nunca fico parado olhando para o tempo; isso é o perigo, meu! [perigo?]; é! Sabe como é!; cabeça desocupada quer o que não pode; recaída é braba; é perdeu, irmão, e pronto!”

Como Jurandir e Abelardo, Nivaldo concebe o silêncio em termos de uma nulidade ininteligível latente para o qual se organiza através de uma hiperatividade. Nessas três falas, a presença do silêncio anuncia a substituição súbita de uma segurança

pelo emergir inevitável de um perigo. Ao mesmo tempo, eles associam essa tirania do silêncio a uma veemente indisposição para ficar a sós consigo mesmo. Nessas situações, é a garrulice e a frivolidade que organizam os atos de elocução da comunicação interpessoal. Elas mostram uma escala abrangente do desperdício através do ataque a fundamentos do convívio humano e da dissipação irrecuperável do tempo. Esse desperdício funciona como elemento estruturante de um de estilo de vida onde predominam variadas formas de excessos: o apreço pelo barulho, pela conversação oca, pela quebra e não retomada de uma atividade ou projeto, pela agitação turbulenta, pela reticência, pelo lacunoso e pela instrumentalização do outro. Em outras palavras, eles se sentem confortáveis e, portanto, acreditam-se seguros em situações, onde prevalecem atitudes e ações capazes de esgotar e enfraquecer elos e sentidos sociais da via humana. Desse modo, a sociabilidade presente nessas falas não visa somente suprir premências e carências, mas atender a uma funcionalidade niilista, produtora de um estado de infecundidade existencial capaz de abrigar uma dependência a substâncias psicoativas. As três falas estão sinalizando o tempo todo que falta a falta. Sem a aprendizagem dessa falta, sem esse deserto vivo, o indivíduo está impedido de cultivar a solidão, de saber concentrar-se e de experimentar o silêncio. Em seu lugar, viceja o ressecamento das fontes anímicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em “Mínima Moralía: a vida danificada”, Adorno (2001) aborda o estatuto do fenômeno particular na produção de um conhecimento. De modo vigoroso, ele sinaliza que no particular está inscrita a dinâmica de uma realidade social. O estudo atual da dependência às drogas a partir do exame de casos particulares contempla de modo incisivo essa formulação. Ele não informa apenas sobre um uso compulsivo de substâncias psicoativas. Ele fala, sobretudo, do atual *modus vivendi* de um coletivo como um todo. Ao fazê-lo, produz a percepção de um descompasso entre certas interpretações dominantes sobre esse fenômeno e aspectos específicos da vida contemporânea os quais nele aparecem em arestas vivas.

Sennett (2008) oferece uma análise inspiradora para desenvolver essa perspectiva. Nesse estudo, ele trata do novo registro de acumulação capitalista que põe em vigência uma modalidade de instabilidade e precisa formar indivíduos para funcionar confortavelmente dentro dela. Sennett apresenta as condições para o exercício da atual sociabilidade nos espaços privado e público. Sua existência depende de um determinado tipo de indivíduo, formado a partir do adestramento bem-sucedido a três desafios. O primeiro deles é o tempo. O curto prazo é o atual padrão de acumulação capitalista. Desse modo, o regime que assegurava um contrato de trabalho

perde eficácia e, através do conceito de flexibilidade, passa a existir a figura do emprego temporário ou desemprego latente. Diante disso, a pergunta é: como cuidar de si e de suas relações sociais e pessoais quando se está sempre indo de uma tarefa para outra, de um emprego para outro, de um lugar para outro? Como aprofundar um relacionamento afetivo-sexual quando a instituição do *ficar* é o padrão coercitivo cujas diretrizes são a fugacidade, a trivialidade, o imediatismo e, em alguns casos, a vulgaridade? O segundo desafio é o talento e para ele há duas questões mutuamente inclusivas. A primeira é: que capacidades desenvolver em um mundo onde inexiste a exigência do bem feito e, em decorrência disso, não se pode aprofundar o exercício caprichado de determinadas habilidades, revelando-se arriscado tomar a direção contrária pelo risco de demissão ou de outros tipos de punições laborais? Em desdobramento a essa questão, surge a segunda: como desenvolver talentos se as qualificações desejadas estão em acelerada transformação e a vida útil de uma determinada habilitação é curta? O terceiro desafio é ser eficientemente treinado para automatizar uma relação de desvalor com a dimensão do passado. Isso significa aprender a tornar sem grande importância os acontecimentos do dia anterior, a não se deter neles, a se desfazer de suas vivências e, com isso, não ter apreço pela acumulação da experiência.

Essa análise de Sennett trata da formação de gente para viver e trabalhar nesse novo ordenamento da existência humana. Os indivíduos mais aptos se assemelham às disposições de um “consumidor sempre ávido de novidades, descartando bens antigos, embora ainda perfeitamente capazes de ser úteis, [...]” (p.14). Ao conferir proeminência à figura do consumidor no atual regime, o autor permite pensar que tanto no consumo eventual de substâncias psicotrópicas quanto no compulsivo esse ordenamento da sociabilidade humana também está presente. Pré-adolescentes, adolescentes, jovens e adultos são rotineiramente instados de diversas maneiras a se desvincular de antigas normas e a preferir novas prescrições, inclusive, no trato com o corpo, representado como lócus da liberdade individual e, portanto, aberto às experimentações disponíveis. Entre elas, a droga e com ela a possibilidade de viver dolorosamente privado de uma soberania sobre seu corpo. Daí uma das razões para o fracasso da atual repressão ao consumo de drogas: ela expressa uma contradição nos seus próprios termos. De modo semelhante, são ineficazes os tratamentos que não levem em conta esse enraizamento da droga nos valores formadores dos indivíduos.

Além disso, nessas prescrições para a experiência, a rapidez, a disparada, a “*correria*” ocupam lugares proeminentes nas diretrizes que guiam os agentes responsáveis pela formação dos indivíduos. Esses valores preparam crianças e adolescentes para a dispersão, a simplificação e para resumir a vida ao tempo presente (HOBBSAWN, 1995). Com isso, ficam dotados de disposições para o compromisso com o projeto

da precariedade e precarização e convocados continuamente para desfrutar e adquirir serviços e objetos de qualidade duvidosa (SELEGRIN, 2013).

Portanto, a droga precisa ser vista sob a perspectiva de uma contemporaneidade que comanda uma hiper-intensidade e um imediatismo. Pensá-la como respostas coletivas a carências e premências é insuficiente. Essa perspectiva encontra-se em um determinado entendimento psicológico que trabalha a dependência às drogas através das noções de desestruturação familiar e problemas de personalidade. Desse modo, um jovem fumaria maconha por causa de problemas na relação com os pais, porque não tem trabalho, porque não vê futuro a sua frente, porque precisa de aceitação social, porque é introvertido, tímido e gordo, porque tem problemas de comunicação e dificuldades de relacionamento íntimo. Todas essas carências múltiplas, contudo, não são explicações suficientes se “a nova cultura do capitalismo” não for levada em conta no entendimento da constituição do *modus vivendi* e do *modus operandi* desse jovem.

Entre os espaços onde acontece a transmissão dessas disposições, a escola e a creche se destacam como um de seus centros condutores, pois são instituídas de legitimidade social para reproduzir esse estado de espírito nas novas gerações. Crianças vão cada vez mais cedo para creches. Lá, em uma jornada de 8 horas semanais à semelhança de seus pais trabalhadores, convivem com outros adultos e outras crianças. Ficam com a família apenas à noite e nos finais de semana. Portanto, passam mais tempo de vigília na creche e, desse modo, as atividades que aí realizam têm um efeito mais intenso sobre seu desenvolvimento físico, emocional e cognitivo. Nesses lugares, como em outros, televisões permanecem ligadas produzindo um contínuo ruído de fundo no qual professoras, auxiliares de ensino, agentes de limpeza e criancinhas se instalam. Ocorre que esse enquadramento sonoro ruidoso pode garantir certas condições psicológicas para certos adultos que dele necessita e aprecia, mas para as crianças há efeitos de consequências sérias. Ele produz um exercício diário e contínuo para a dispersão, para a migração de uma tarefa para outra, para interromper um afazer e deixá-lo inconcluso, para suportar estímulos repetitivos e desinteressantes e, com isso, praticar a hiperatividade. Todas essas circunstâncias já naturalizadas, além de ocultar a negligência, dificultam a aprendizagem do silêncio, do ficar a sós e, com ela, a técnica da atenção concentrada que permite alimentar o deserto vivo do qual essas crianças são portadoras.

Portanto, as condições de possibilidade para a dependência às drogas estão em uma rotina insuspeita: exatamente onde acontece a produção e a reprodução da ordem vigente. Esse estado de espírito culturalmente produzido funciona como um mecanismo de controle simbólico para comandar o comportamento de temor ao silêncio e ao estar sozinho (Geertz, 1978). Com isso, fica ausente o exercício para se constituir como um amparo a si mesmo ou, como sinaliza Mauss, o treino do sangue-frio ou, como propôs Guevara, a aprendizagem para endurecer sem perder a ternura. Assim, essa barreira

sonora erguida através do tagarelar e de equipamentos tecnológicos de som funcionam à semelhança de ornamentos (KRACAUER, 2009). Eles obscurecem a consciência e geram a ilusão de ser possível viver no ruído do mundo.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio – *O que é o contemporâneo*. In: O que é o contemporâneo e outros ensaios? Chapecó, SC: Argos, 2009, p.56-73.
- ADORNO, Theodor W. *Mínima Moralía: a vida danificada*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- BASSO, Keith. *To give up on words: silence in western apache culture*. Southwestern Journal of Anthropology, vol. 26, n. 3, autumn, 1970 p.213-230
- BERGMAN, Ingmar. *O Silêncio*. Suécia, 1963.
- BONFIM, Evandro de Sousa. *Circulação de dons, mensagens e pessoas espirituais em uma comunidade carismática*. Tese (doutoramento em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2012.
- BRADATAN, Costica. *A Psicologia das fronteiras e barreiras: escalando o muro na cabeça*. Cadernos do CEOM. Chapecó: Argos, vol. 25, n. 37, dez. 2012 p.77-82.
- BURKE, Peter. *Anotações para uma história social do silêncio no início da Europa moderna*. In: A arte da conversação. São Paulo: Unesp, 1995, p.161-183.
- CAGE, John. *Silence: lectures and writings*. Middleton: Wesleyan University Press, 1961
- CALLEJO, Javier. *El silencio: núcleo ético de la comunicación*. Comunicar – Revista de Comunicación y Educación, 20, 2003, p.173-177.
- CONNOR, Steve. *Desertos estão em risco, diz ONU*. In: Folha de São Paulo, Caderno Ciência, segunda-feira, 05 de junho de 2006.
- ENRIQUEZ, Eugène. *Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990
- FONSECA, Cláudia. *Humor, Honra e Relações de Gênero*. In: Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004, 2º ed., p.133-164.
- GEERTZ, Clifford. *O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem*. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.45-66.
- GIL, Gilberto & FERREIRA, Juca. *A cultura, o Estado e os diversos usos das “drogas”*. In: Labate, Beatriz Caiuby [et al.], (orgs.) – Drogas e Cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008, p.09-11.
- GUTIERREZ, Maurício Chamarelli. *O silêncio de Rimbaud*. In: Revista Garrafa, Rio de Janeiro n.17, maio-agosto/2008, p.1-5.
- HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KRACAUER, Siegfried. *Sobre livros de sucesso e seu público*. In: O ornamento da massa. São Paulo: Cosac&Naif, 2009, p.105-115.

KORDA, Alberto. Sensillamente Korda Part 2 [Havana Cultura]: <http://www.youtube.com/watch?v=hivoWMDZ9vI>. Acessado em 14 de julho de 2013.

Korda, Alberto – Che Historia del Fotografia famosa: <http://www.youtube.com/watch?v=Znb4xk5hldk>. Acessado em 14 de julho de 2013

LACAZ-RUIZ, Rogério. *O silêncio Intelectual como condição para fazer ciência*. In: Revista Ética e Filosofia Política, nº 14, v.1, julho 2011, p.11-18.

MAUSS, Marcel. *Noção de Técnica corporal*. IN: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EDUSP, 1978, p.211-233.

MELIÀ, Bartolomeu. *Palavras ditas e escutadas*. Mana, Rio de Janeiro, 19(1):181-199, 2013.

PEREZ, Manuel. *Che Guevara: donde nunca jamás se lo imaginan*. In: Caminos de Cuba. Documentário. Havana: Instituto Cubano Del Arte e Industrias Cinematográficos, 2004.

ROBINS, Joel. *The Globalization of Pentecostal and charismatic Christianity*. Annual Review of Anthropology 33, 2004 p.117-143.

ROJO, Ricardo. *Mi amigo El Ché*. Buenos Aires: Alvarez Editorial, 1968.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SAFRA, Gilberto. *Dimensões do Silêncio: a construção do si mesmo e perspectivas clínicas*. In: Cadernos de Psicanálise – CPRJ, Rio de Janeiro, ano 31, n.22, 2009, p.75-82.

SCAUZILLA, Robert J. *Ernesto 'Che' Guevara: A Research Bibliography*. *Latin American Research Review*, vol. 5, No. 2, summer, 1970 p. 53-82.

SELEGRIN, Esdras Fred Rodrigues. *Experiências da precarização e precariedade do trabalho bancário: um enfoque sobre as narrativas de vida e trabalho do antigo e do novo bancário do Bradesco*. Dissertação Mestrado em Sociologia do Trabalho. Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

SENNETT, Richard. *A nova cultura do capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUZA, Zaurísio Nancy. *A busca para indução do sono com os poderosos fármacos conhecidos como hipnóticos e sedativos*. Periódico Universidade Sagrado Coração, Bauru, S7294 a 67f, 2013.